



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Leitura : 03/04/2006

Votação : 06/04/2006 - Aprovada com
09 votos a favor.

Exmo.Sr.

Laurindo Cesa

Presidente Câmara Municipal de Pato Branco

MOÇÃO DE APOIO: a ser enviada ao Sindicato Rural e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pato Branco, manifestando apoio desta Casa de Leis com relação às reivindicações da classe, junto ao Governo Federal.

Os vereadores infra-assinados, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja enviada **Moção de Apoio** aos Senhores Avelino Zocche, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pato Branco (Rua Osvaldo Aranha, 498, Pato Branco, Paraná) e ao Senhor Eucir Brocco, Presidente do Sindicato Rural de Pato Branco (Rua Osvaldo Aranha, 377, Pato Branco, Paraná), extensivo a todos os membros dos Sindicatos de toda a região, manifestando apoio desta Casa de Leis com relação às reivindicações da classe, junto ao Governo Federal, considerando o período de crise que teve início na safra 2004/2005 e estende para 2005/2006.

São muitos os problemas que envolvem a agricultura, considerando o descaso no setor por parte dos governantes, o que está inviabilizando o produtor rural.

Rua Ararigóia, 491

Fone: (46) 3224-2243

85505-030

Pato Branco

Paraná

e-mail: legislativo@wln.com.br



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

A estimativa de perdas na produção de grãos das safras 2004/2005 e 2005/2006 no Brasil é muito alta. As condições climáticas adversas, principalmente na Região Sul do Brasil, provocaram perdas significativas nas duas últimas safras de grãos totalizando prejuízos que superam a 24 milhões de toneladas.

As reivindicações da classe são de suma importância para a contituidade dos trabalhos, dentre as quais citamos:

- implantar a consolidação e repactuação dos financiamentos num prazo de 5 anos, com 2 anos de carência e juros de 1% ao ano (dívidas de custeio e investimento do PRONAF e PROGER, Banco da Terra e parcelamentos antigos), além da individualização dos créditos coletivos anteriores;

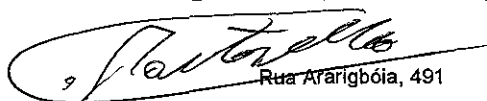
- manter disponível para os agricultores em processo de renegociação de dívidas novas linhas de crédito para custeio e investimento;

- incrementar a política de preços mínimos, aumentando o volume de recursos para aquisição na safra 2005/2006, através de crédito suplementar e aumento do orçamento para a safra 2006/2007, garantindo a compra dos produtos da agricultura familiar;

- conceder reajuste dos preços mínimos considerando os reais custos de produção e renda;

- conceder exclusividade para os produtos da Agricultura Familiar na aquisição pelos programas sociais do Governo Federal;

- liberar, em parceria com o Governo Estadual e Federal, ajuda de custos no valor de R\$ 1.800,000 para os agricultores sem financiamentos pelo PRONAF e, conseqüentemente, sem cobertura pelo Seguro da Agricultura Familiar.


Rua Ararigóia, 491

Fone: (46) 3224-2243 - 85505-030
e-mail: legislativo@wln.com.br

Pato Branco

Paraná





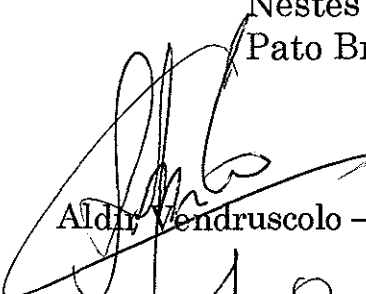
Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

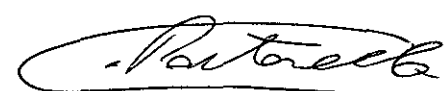
Esta Moção de Apoio é dirigida a todos os membros das entidades constituídas do setor, que lutam pela defesa dos seus direitos e suas reivindicações, que visam atender uma situação emergencial causada pela forte queda dos preços agrícolas, pelo peso do pagamento de dívidas acumuladas e agravado pela queda de produção ocasionada pelas sucessivas secas que atingiram a região Sul nas últimas safras.

Esta Moção de Apoio é concedida numa atitude de defesa da construção conjunta de uma nova política pública para a agricultura familiar.

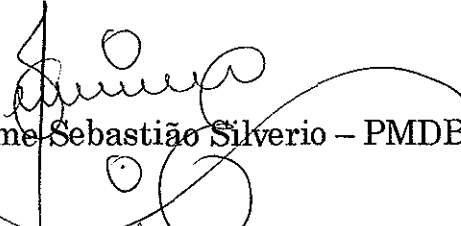
Nestes termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 3 de abril de 2006.



Aldir Vendruscolo – PFL



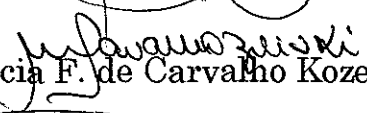
Cilmar Francisco Pastorello – PL



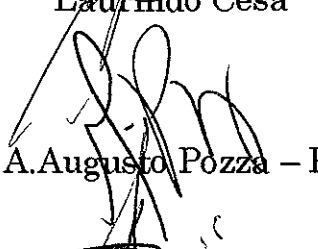
Guilherme Sebastião Silverio – PMDB



Laurindo Cesa – PSDB



Márcia F. de Carvalho Kozelinski – PPS



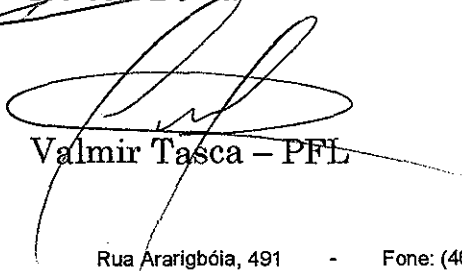
Marco A. Augusto Pozza – PMDB



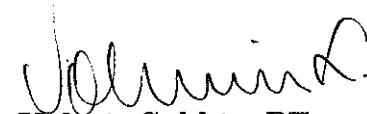
Nelson Bertani – PDT



Osmar Braun Sobrinho – PV



Valmir Tasca – PFL



Valmir Sabbi – PT

SR. LAURINDO

CKSA.

CARTA DO ENCONTRO DAS FEDERAÇÕES DA REGIÃO SUL
MARÇO/2006

As Federações dos três estados do Sul vêm em conjunto, relatar as discussões do Encontro realizado nos dias 2 e 3 de março de 2006, em Florianópolis.

Consideramos urgente a necessidade de criarmos um plano de defesa e aumento da renda da Agricultura Familiar do Sul do país. Mesmos com os avanços obtidos com PRONAF, ainda estamos distantes de atender as necessidades dos nossos pequenos agricultores familiares.

Entre as principais demandas, estão a necessidade de uma política consistente de preços, uma solução definitiva para o endividamento acumulado, uma rede assistência técnica e difusão de tecnologias adequadas, além de uma nova política de investimento para as demandas do campo.

Visando atender uma situação emergencial causada pela forte queda dos preços agrícolas, pelo peso do pagamento de dívidas acumuladas e agravado pela queda de produção ocasionada pelas sucessivas secas que atingiram a região Sul nas últimas safras, e caminhando para construção conjunta de uma nova política pública para a agricultura familiar, propomos:

- Consolidação e repactuação dos financiamentos num prazo de 5 anos, com 2 anos de carência e juros de 1% ao ano (dívidas de custeio e investimento do PRONAF e PROGER, Banco da Terra e parcelamentos antigos), além da individualização dos créditos coletivos anteriores;
- Manter disponível para os agricultores em processo de renegociação de dívidas novas linhas de crédito para custeio e investimento;
- Incremento na política de preços mínimos, aumentando o volume de recursos para aquisição na safra 2005/2006 através créditos suplementar e aumento do orçamento para a safra 2006/2007 garantindo a compra dos produtos da agricultura familiar;
- Reajuste dos preços mínimos considerando os reais custos de produção e renda;
- Exclusividade para os produtos da Agricultura Familiar na aquisição pelos Programas Sociais do Governo Federal;
- Liberação em parceria com o Governo Estadual e Federal de uma ajuda de custos no valor de R\$ 1.800,00 para os agricultores sem financiamentos pelo PRONAF e, conseqüentemente, sem cobertura pelo Seguro da Agricultura Familiar;
- Criação de programas de irrigação para pequenas propriedades familiares, priorizando as áreas que vem sendo atingidas com freqüência pelas secas na região Sul;
- Resposta imediata para todos os pedidos de Seguros da Agricultura Familiar da safra 2004/2005 sem respostas nos agências bancárias;
- Resposta imediata para todos os pedidos de recursos para os Seguros da Agricultura Familiar da safra 2004/2005 indeferidos aguardando resposta na CER;
- Aprovação imediata da MP' que inclui na cobertura do Seguro da Agricultura Familiar para a safra 2004/2005 os produtores que utilizaram cultivares não contempladas no Zoneamento Agrícola;

- Abrir espaço junto aos Ministérios (MDA, MAPA e MMA) para formação de grupo de trabalho para discutir questões ambientais impeditivas a produção da agricultura familiar;

Diante do exposto, as lideranças do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da região Sul, buscaram audiência com o Ministro do Desenvolvimento Agrário no sentido de encaminhar as conclusões e demandas expostos.

Atenciosamente,

FETAESC

FETAGRS

FETAEP

Florianópolis, 03 de Março de 2006

Rumo à organização da categoria dos trabalhadores rurais assalariados

16 e 17/03 – 3º Encontro de Assalariados Rurais da Região Sul, Curitiba
22 e 23/03 – Encontro sobre Assalariados Rurais em SC, sede FETAESC

Melhorar as condições de trabalho e econômicas dos assalariados rurais é uma das metas da FETAESC para esse ano. Para isso, uma das prioridades é a organização dessa área que começou no ano passado, num trabalho conjunto com Federações do Paraná e do Rio Grande do Sul. Foram realizados Seminários em Vacaria (RS) e Fraiburgo (SC) e entre os dias 16 e 17 de março, será realizado o 3º Encontro de Assalariados (as) Rurais da Região Sul, em Curitiba (PR). Entre os assuntos que estarão em continuidade nas discussões estão:

- Elaboração da proposta de unificação das pautas de Convenções e Acordos Coletivos;
- Elaboração da proposta para Treinamento Integrado de Dirigentes e colaboradores das Fetags;
- Estudo da Cadeia Produtiva da Maça e da Mandioca
- Organização das Audiências com as Delegacias Regionais do Trabalho para tratar da fiscalização da migração da mão-de-obra ilegal.

Encontro em SC - Nos dias 22 e 23 de março, a FETAESC realiza em sua sede, um encontro com os sindicatos catarinenses que já desenvolvem trabalhos com os assalariados e está convidando também os sindicatos que têm em seus municípios acima de cinco empresas que utilizam a mão-de-obra de trabalhadores rurais. Segundo o vice-presidente da FETAESC, Sebastião Rosa, que responde por essa área, "a meta é aumentar em cem por cento o número de Sindicatos que atuam na área dos assalariados", pois existem mais 13 mil empregadores rurais no Estado, conforme os dados da Receita Federal.

Entre os assuntos em pauta, a unificação das pautas e das datas bases de acordo com o ramo de atividade exercida pelos assalariados (horticultura, fruticultura, reflorestamento, carnes, entre outros) e a realização de Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho com a assinatura ou o suporte da FETAESC. Sebastião destaca a importância da participação dos dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais para que "se promova a integração e a troca de experiência" entre os que já atuam com os que iniciarão o trabalho nessa área. Além disso, ele destaca que será criado o Coletivo dos Assalariados Rurais da FETAESC com o objetivo facilitar o trabalho de organização da categoria no Estado.

O encontro contará com a presença do secretário dos Assalariados da CONTAG, Antônio Lucas Filho, que fará exposição sobre as ações e planejamento da Confederação nessa área e comandará a mesa redonda sobre as "Ações para combater a Migração de Mão de Obra Ilegal", que terá a participação do titular da Delegacia Regional do Trabalho, Odilon Silva e do procurador do Ministério Público do Trabalho, Acir Alfredo Hack. Veja a programação:

DIA: 22/03/2006

HORÁRIOS	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL
08:30	Ficha de Inscrição	
09:00	Abertura do evento	Hilário Gottselig
09:20	Avaliação do Encontro de Curitiba	Sebastião Rosa
09:40	Apresentação Panorama dos Sindicatos	Dirigentes
10:15	INTERVALO	
10:30	Ações e Planejamento da CONTAG	Antonio Lucas
12:00	ALMOÇO	
13:30	Mesa Redonda: "Ações para combater a Migração de Mão de Obra Ilegal"	Antonio Lucas
14:30	Debate	
15:00	INTERVALO	
15:15	Trabalho de grupo (Tema: Data Base e Unificação de Pauta por Cultura, Convenção Coletiva Estadual com a FAESC)	
16:30	Apresentação dos Resultados	
18:00	Encerramento	

DIA 23/03/2006

HORÁRIOS	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL
08:30	Formação do Coletivo de Assalariados	Sebastião Rosa
10:00	INTERVALO	
10:15	Discussão sobre Planejamento para 2006 (Qualificação de funcionários e dirigentes sobre rescisão contratual e legislação trabalhista)	Sebastião Rosa
11:30	Avaliação e encerramento	Sebastião Rosa
12:00	ALMOÇO	

GS/0081/06

Curitiba, 25 de janeiro de 2006

Senhor Ministro

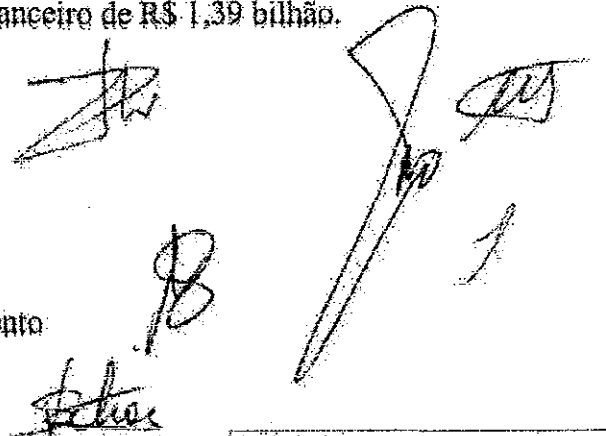
O setor agropecuário Brasileiro atravessa um período de crise que teve início na safra 2004/05 e se estende para 2005/06.

No ano passado (2005), as lavouras de milho e de soja do Paraná foram plantadas atreladas a um câmbio de R\$ 3,10 e comercializadas a um dólar depreciado em mais de 20%. O Paraná sofreu uma considerável redução na produção por causa da estiagem que atingiu o estado a partir de fevereiro. Foram perdidos aproximadamente 13% da produção de milho e 25% da de soja, reduzindo a renda dos produtores e causando endividamento. Além disso, tivemos dificuldades e prejuízos por dois anos consecutivos na comercialização do trigo.

Na presente safra, 2005/06, a estiagem iniciou em novembro/05, na região sudoeste do Paraná e, posteriormente expandiu-se para as regiões oeste e centro-oeste, a partir do mês de dezembro/05, tornando a situação ainda mais preocupante. O cenário, de chuvas irregulares e de baixa intensidade, causou deficiência hídrica em todas as regiões do estado, havendo municípios nos quais não choveu por mais de sessenta dias.

Conforme pesquisa realizada pela Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná (SEAB), e concluída na data de 20 de janeiro de 2006, a estiagem causou uma redução de 18% na produção de grãos de verão que foi reavaliada de 21,8 milhões para 18,0 milhões de toneladas, com um prejuízo financeiro de R\$ 1,39 bilhão.

Excelentíssimo Senhor
ROBERTO RODRIGUES
Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
BRÁSILIA - DF
DERAL/Kazuhiko



SEAB	Protocolo
	00519/06
	Em: 26/01/2006



A cultura de milho da 1ª safra, soma uma redução de 22 % sobre a produtiz 2,07 milhões de toneladas, sendo que, se as condições climáticas forem favoráveis até a finalização da colheita, esta poderá totalizar 7,28 milhões de toneladas.

Quanto ao soja, a redução na produção está estimada em 14 %. Os paranaenses deixam de produzir 1,67 milhão de toneladas da previsão inicial de 11,73 milhões de toneladas, passando-se a estimar um total de 10,06 milhões.

No Sudoeste do Paraná, região mais prejudicada, onde predominam as pequenas propriedades (74 % com área menor que 20 ha), estima-se uma redução de 53% na produção de milho e de 31 % na de soja. O Centro-oeste perde 25% do milho e o Oeste teve a produção de soja reduzida em 19 %.

Os produtores estão endividados e com dificuldades na obtenção de novos recursos. Como não há indicadores, pelo menos no curto prazo, de recuperação dos preços agrícolas e de uma mudança na taxa cambial, resta buscar soluções mais abrangentes e de longo prazo, ou, fatalmente, a queda da renda agropecuária deixará sérias sequelas à economia municipal, estadual e nacional, gerando desemprego e prejuízos à balança comercial.

Para amenizar a crise que a seca está trazendo aos produtores, faz-se vital e urgente a intervenção do Governo Federal através do atendimento das seguintes propostas:

a) Prorrogação dos financiamentos de custeio agrícola e pecuário e de investimento para as áreas atingidas pela seca, por, pelo menos, cinco anos, com dois anos de carência, tendo em vista os prejuízos que os produtores e suas cooperativas tiveram na safra anterior e na atual em consequência das perdas de produção por problemas climáticos e pelos baixos preços praticados no período de comercialização;

b) Liberação de recursos às cooperativas e aos fornecedores de insumos que financiaram os produtores com prazo de safra concedendo-lhes as mesmas condições de empréstimos financeiros e garantias previstas no item anterior e permitir que os produtores que tiveram perdas com estagens possam refinanciar os débitos com recursos da linha FAT-Curo Rural (Resolução 444 de 20 de julho de 2005);

c) Prorrogação da parcela do FAT-Curo Rural vencível em 2006 para 2008, após o vencimento da última parcela;



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
E DO ABASTECIMENTO - SEAB
GABINETE DO SECRETÁRIO



Fl. 3 - GS/0081/06

- d) No caso da agricultura familiar, considerando que houve acúmulo de prejuízos na safra 2004/05 e 2005/06, anistiar a parcela de custeio e de investimento prorrogada do ano anterior e que vence este ano;
- e) Criação de uma linha de financiamento para manutenção familiar com prazo de pagamento de cinco anos, estipulando um valor anual para cada pessoa da família, com liberações mensais para atender aos produtores que não terão recursos para sobrevivência, inclusive alimentação;
- f) Alocação de recursos para garantia da Política de Preços Mínimos, disponibilização e simplificação da contratação do Seguro Rural para que os produtores realizem seus próximos plantios com renda e segurança;
- g) Ajustar os Preços Mínimos de Garantia de acordo com os custos de produção;
- h) Agilização do pagamento do PROAGRO para os produtores que tiveram perdas na safra atual e dos processos pendentes de safras anteriores, inclusive do PROAGRO-MAIS;
- i) Agilizar a bolsa estígeme para produtores de municípios que estão em estado de emergência, ou que foram atingidos pela segunda vez, com pagamento até maio de 2006;
- j) Aquisição e distribuição de sementes de milho e de feijão para os produtores da agricultura familiar, sem cobertura de seguro ou que não tiveram acesso ao crédito rural;
- k) Para estimular o cultivo do milho na 2ª safra, evitando um possível desabastecimento, faz-se necessário que o PROAGRO permita a cobertura de prejuízos causados por geada, condicionado que o plantio seja realizado de acordo com o zoneamento agrícola proposto pelo IAPAR;

Fl. 4 - GS/0081/06

- 1) Aprovação do Projeto de Lei 5.507/05 de autoria de Ronaldo Caiado, que já obteve parecer favorável nas Comissões de Agricultura e na de Finanças e Tributação. Este PL contempla dívidas da securitização, PESA, dívidas alongadas do FUNCAFE, PRODECER II, Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e Centro-Oeste, PROGER Rural e renegociações da agricultura familiar, além de abrir espaço para promover uma reavaliação das garantias vinculadas aos contratos alongados e prever, caso a caso, as novas condições de pagamento, taxa de juros e prazo.

Atenciosamente



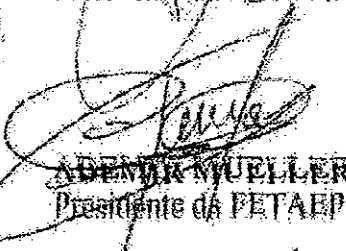
ORLANDO PESSUTI
Secretário de Estado



JOÃO PAULO KOSLOWSKI
Presidente da OCEPAR



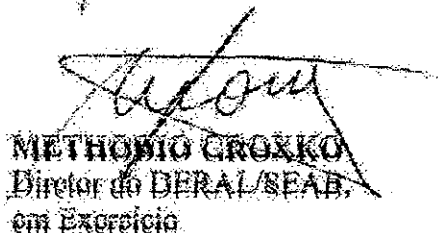
AGIDE MENEQUETTE
Presidente da FAP



ADEMIR MUELLER
Presidente da FETAEP



MARCOS ROCHINSKI
Coordenador da FETRAF SUL



METHONIO CROZKO
Diretor do DERAL/SEAB,
em Exercício

Viver ou Morrer

9100/5600

Reunidos em torno de objetivos comuns, lideranças sindicais discutiram os problemas que envolvem a agricultura. Pois o descaso na agricultura por parte dos nossos governantes está inviabilizando o produtor rural. Com o propósito de bem informar e esclarecer, o que está acontecendo com o setor rurícola, nos propomos a apresentar as seguintes considerações.

Em anos anteriores, o governo faturou com o aumento do PIB, com um bom superávit comercial graças ao desempenho do setor que estava em alta, mas isso ocorreu pela frustração de safra em outros países. Um curtíssimo espaço de tempo em que os produtores ainda estavam pagando a conta de malfadados planos governamentais, que foram como única solução, alongados como Pesa e Securitização. O setor pode comemorar em apenas três safras, quando a produtividade e os preços foram até acima do esperado. Muito pouco tempo!

Quando do plantio das lavouras de 2004/2005, na aquisição dos insumos o dólar estava em torno de R\$ 3,60, e sua comercialização com dólar abaixo de R\$ 2,50, e ainda tivemos o clima que nada colaborou, onde perdemos muito na quantidade produzida, chegando em regiões a até 50% de perdas.

Estamos colhendo a safra 2005/2006, e o desespero toma conta do setor. Novamente tivemos instabilidade climática, a compra dos insumos para o plantio aconteceu com o dólar em torno de R\$ 2,60, e agora na venda com decréscimos de R\$ 0,50. Exemplificamos uma situação de aumento de custo, o óleo diesel que em setembro de 2005, estava custando R\$ 0,90, hoje está R\$ 1,90. Um aumento de 111,11%. E em setembro vendíamos o milho a R\$ 17,50 e agora, quando da colheita, a R\$ 10,50.

E como fica o produtor que não pode financiar totalmente a compra de insumos junto às instituições bancárias, sobrando os sistemas de troca-troca com as revendas de insumos e

sementes, e o pagamento das famosas CPRs. Com preços baixos e a produção prejudicada por causa da seca, o produtor fica sem condições de saldar seus compromissos, ficando no descompasso de produzir alimentos baratos com custo alto.

Achamos de vital importância que o setor rurícola tenha medidas urgentes que venham ao encontro a curto, médio e longo prazo. Podemos definir as de curto prazo com ações que tirem o produtor rural do atoleiro em que se encontra. Medidas em médio prazo que valorizem a atividade. Em longo prazo, que norteie o produtor para planejar o futuro da atividade em seus investimentos com um plano agrícola definido.

A agricultura no sudoeste do Paraná representa a sobrevivência das cidades, pois todos os setores econômicos são atingidos quando temos prejuízos na agricultura. Não podemos deixar de citar a situação em que se encontra o País em decorrência da crise pela qual passa o agronegócio. Que valor damos ao alimento? Paga-se tanto em alimento a custo baixo para população, mas que valor é dado para o quem produz?

Infelizmente a imagem dominante do homem do campo não é associada ao desenvolvimento e ao progresso. Para muitos o produtor utiliza apenas uma enxada e é alienado ao que ocorre fora de sua propriedade.

Erramos por estarmos só voltados em produzir alimentos, investindo em tecnologia de ponta, pensando que temos defensores que olharão para o setor agrícola, quando criam leis, e dizem representar o setor, salvo alguns poucos que defendem o setor que produz alimentos.

A atual situação econômica agrícola tem duas consequências ruins ao mesmo tempo: diminui a geração de renda, prejudicando o crescimento econômico e, como consequência, o desemprego tanto no campo como nas cidades.

Podemos afirmar que o investimento que é voltado para a agricultura retorna com rapidez e de forma multiplicada para os cofres públicos.

Será que mesmo assim nós, que produzimos o alimento que sacia uma nação e cria divisas comerciais, gerando um retorno direto e seguro para a economia, devemos ser a classe mais prejudicada e menos assistida diante o governo desta

nação?

SINDICATORURAL DE AMPERE	Adi Rodrigues da Silva
SINDICATORURAL DE CAPANEMA	Elio Basso
SINDICATORURAL DE CHOPINZINHO	Enio Pigosso
SINDICATORURAL DE CLEVELANDIA	Sergio Galina
SINDICATORURAL DE CORONEL VIVIDA	Angelo Mezzomo
SINDICATORURAL DE DOIS VIZINHOS	Helio Francisco Capelesso
SINDICATORURAL DE FRANCISCO BELTRAO	Aryzone Mendes de Araújo
SINDICATORURAL DE MANGUEIRINHA	Albani Guimorvam F. dos Santos
SINDICATORURAL DE MARMELEIRO	Oswaldo Tondo
SINDICATORURAL DE PALMAS	Flavio Tadeu Carneiro
SINDICATORURAL DE PATO BRANCO	Eucir Brocco
SINDICATORURAL DE PEROLA DO OESTE	Orides Canova Dallacort
SINDICATORURAL DE PLANALTO	Idair Furtaneto Molon
SINDICATORURAL DE PRANCHITA	Renato Mari
SINDICATORURAL DE REALEZA	Altair Zuttion
SINDICATORURAL DE RENASCENÇA	Ignácio Carminatti
SINDICATORURAL DE SALTO DO LONTRA	Oswaldo Dallo
SINDICATORURAL DE SÃO JOÃO	Ademar Cláudio Ely
SINDICATORURAL DE SAO JORGE DO OESTE	Adir Antonio Marafon
SINDICATORURAL DE VERÊ	Jaimir Colognese
SINDICATORURAL DE VITORINO	Francisco Zilio

CRISE NO CAMPO

- **RADIOGRAFIA DA CRISE**
- **PROPOSTAS PARA
RECUPERAÇÃO DO SETOR**

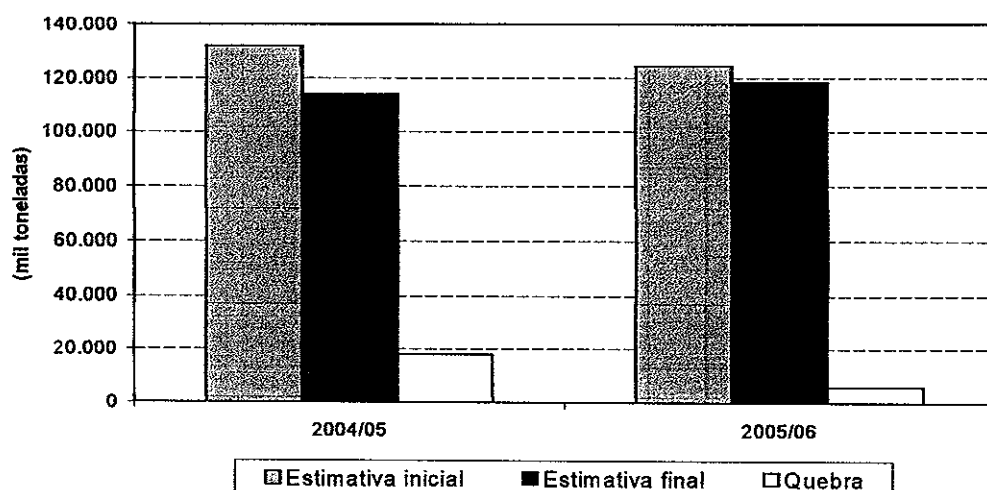
CRISE NO CAMPO

I - RADIOGRAFIA DA CRISE QUE AFETA A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

1 – ESTIMATIVA DE PERDAS NA PRODUÇÃO DE GRÃOS DAS SAFRAS 2004/05 E 2005/06 NO BRASIL.

As condições climáticas adversas, principalmente na Região Sul do Brasil, provocaram perdas significativas nas duas últimas safras de grãos totalizando prejuízos que superam a 24 milhões de toneladas.

Gráfico 01 – Queda na produção brasileira de grãos por adversidades climáticas ocorridas nas safras 2004/05 e 2005/06.

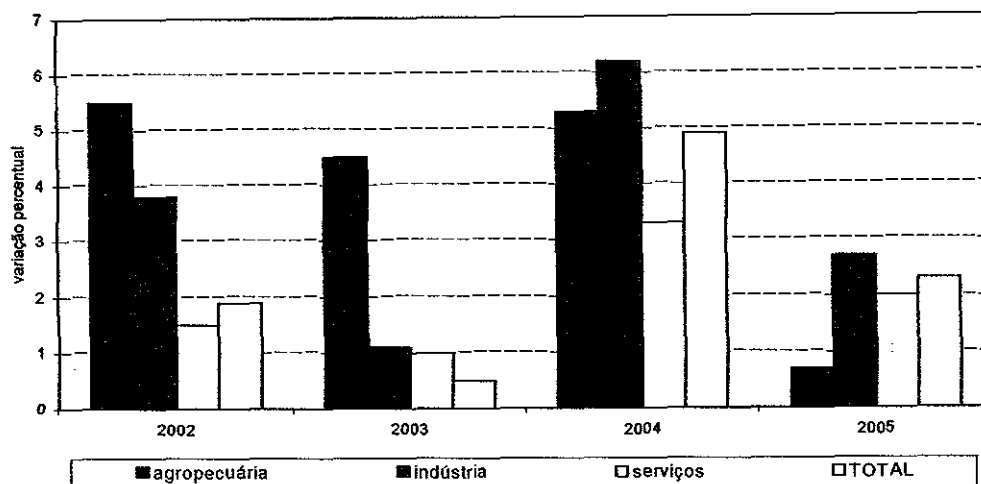


Fonte: Conab e Cooperativas

2 – PRODUTO INTERNO BRUTO.

O crescimento do Produto Interno Bruto da agropecuária brasileira, que vinha sustentando o crescimento do PIB nacional ao longo dos últimos anos, teve, no ano de 2005, o pior desempenho dentre todos os setores pesquisados, contribuindo desta forma para a redução do ritmo de crescimento da economia brasileira.

Gráfico 02 – Evolução do PIB Brasileiro – período 2002 a 2005

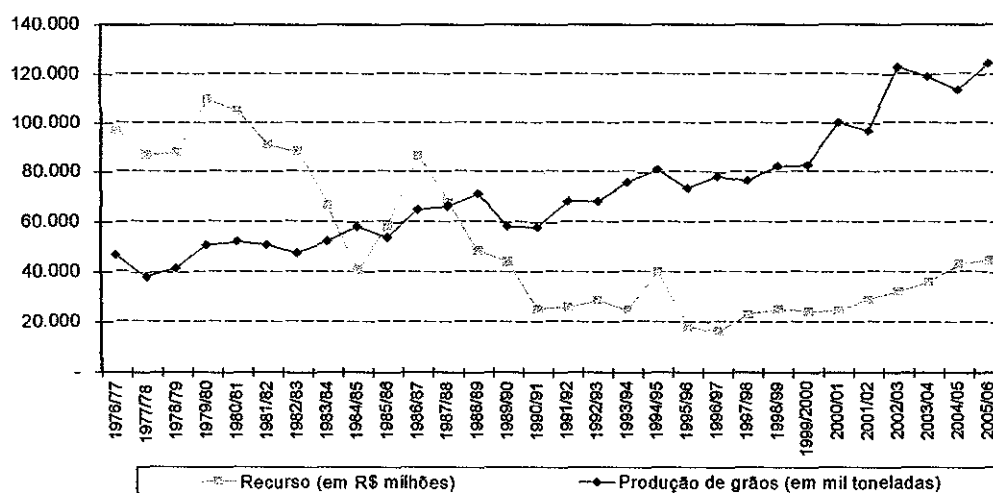


Fonte: IBGE (2006).

3 – ESCASSEZ DE RECURSOS DE CRÉDITO RURAL

A destinação de recursos para financiamento das atividades agropecuárias ao longo dos últimos anos tem recebido montante decrescente de recursos de crédito rural destinados principalmente para custeio e comercialização. Esta diminuição no apoio oficial ao plantio e à comercialização das safras pode ser observada nos gráficos 03 e 04.

Gráfico 03 – Comparativo entre o valor de crédito rural aplicado ao longo dos últimos anos e a evolução da produção brasileira de grãos.

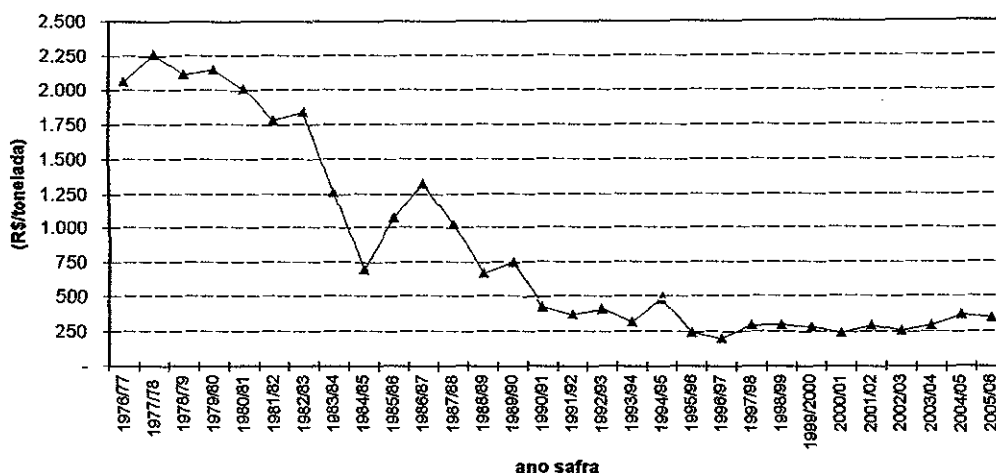


Fonte: Dados básicos Conab e BACEN, elaboração OCEPAR/GETEC.

Nas safras compreendidas entre 1976/77 e 2005/06 o volume de crédito total disponibilizado para a agricultura diminuiu enquanto, a produção seguiu em caminho inverso obrigando o produtor a buscar recursos para financiar a sua safra em outras fontes a custos mais elevados o que tem provocado aumentos nos custos de produção.

Outro fator a ser analisado, é que a participação do crédito para custeio e comercialização a juros livres no montante total disponível cresceu significativamente nas últimas safras. A participação do crédito a juros livres no crédito total liberado era de 18% em 2003. Esta participação cresceu para 28% em 2004, mantendo-se no mesmo nível no ano de 2005.

Gráfico 04 – Montante de crédito rural aplicado por tonelada produzida de grãos no Brasil no período de 1976/77 a 2005/06.



Fonte: Dados básicos Conab e BACEN, elaboração OCEPAR/GETEC.

Conforme demonstrado no gráfico acima na safra 1976/77 era disponibilizado o equivalente a cerca de R\$ 2.065,00 em crédito rural por tonelada de grãos produzidos. Já na atual safra o apoio creditício oficial caiu para cerca de R\$ 350,00 por tonelada.

4 – TAXA DE CÂMBIO

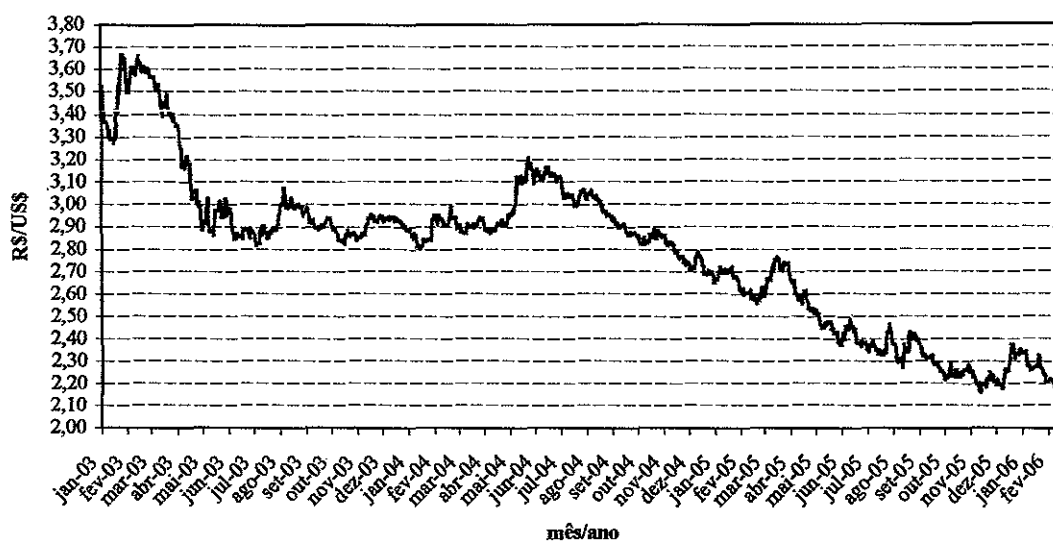
A redução de preços recebidos pelos agricultores nas últimas safras deve-se principalmente a taxa cambial desfavorável ao setor produtivo (com Real sobrevalorizado em relação ao dólar), ocasionando queda nos preços internos e em alguns casos inviabilizando a atividade em favor da importação de produtos, casos do trigo e arroz, por exemplo. Por outro lado os custos de produção não acompanharam a redução dos preços de mercado dos produtos agrícolas, em vista basicam

ente da elevação de preços das matérias-primas no mercado internacional, caso por exemplo do aço e dos derivados de petróleo, bem como pela valorização dos

preços dos fertilizantes e agrotóxicos praticados pelas empresas do setor, tendo ocorrido que nas épocas de compras pelos agricultores o dólar estava mais elevado que na venda da produção.

Na época da aquisição dos insumos para o plantio da safra 2004/05 a taxa de câmbio estava a R\$ 3,10/ US\$ 1,00, enquanto na comercialização da safra a relação caiu para R\$ 2,40/ US\$ 1,00. Já na safra 2005/06, na compra dos insumos a relação era de R\$ 2,40/ US\$ 1,00 e na comercialização caiu para R\$ 2,10/ US\$ 1,00.

Gráfico 05 – Comportamento da taxa de câmbio no Brasil - janeiro de 2003 a fevereiro de 2006



Elaboração: Ocepar

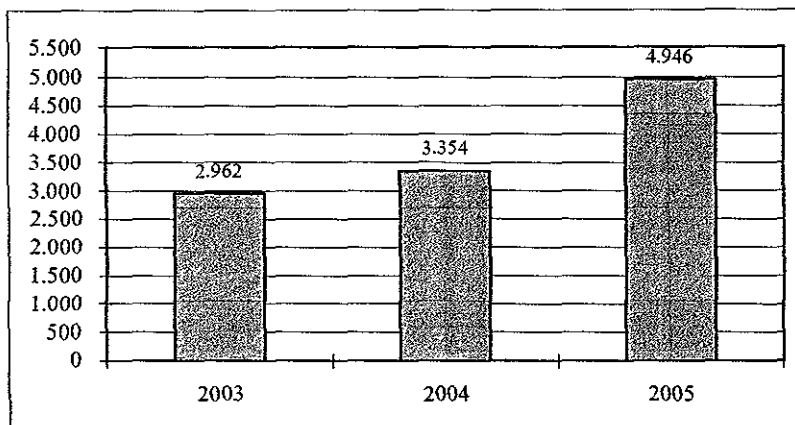
A taxa de câmbio comercial em Janeiro de 2006 ficou 19% abaixo da média nominal verificada no período compreendido entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005. Já se comparando com os primeiros quinze dias de fevereiro a redução foi de 23%.

Em janeiro de 2003 a taxa de câmbio era de R\$ 3,44 por dólar, enquanto atualmente a taxa de câmbio se situa próxima a R\$ 2,10 por dólar, ou seja, queda de 39% em termos nominais.

5 – RELAÇÃO DE TROCA

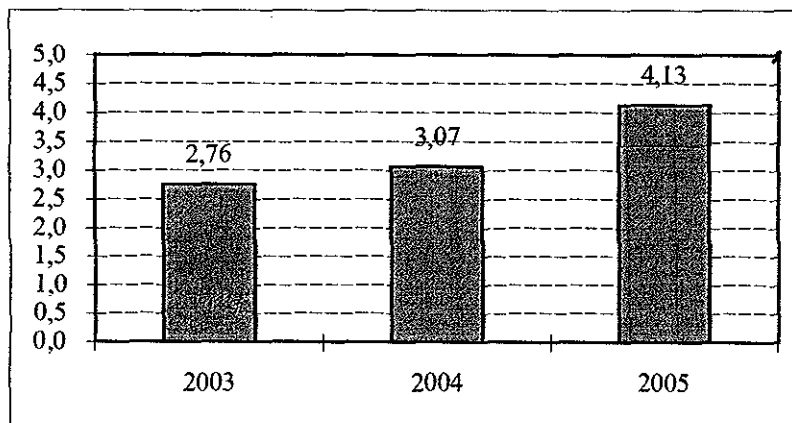
Ocorreu perda do poder de troca do produtor frente ao setor de fornecimento de fatores de produção em praticamente todos os produtos, conforme pode-se observar pelos gráficos a seguir.

Gráfico 06 – Poder de troca – Sacas de soja necessárias para adquirir um trator de 100 cv



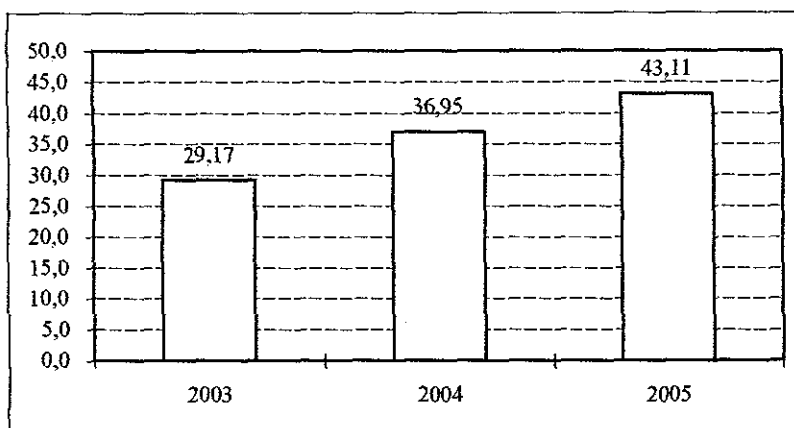
O crescimento da relação de troca no período entre 2003 e 2005 foi de 67,0%, o que significou que a situação do produtor rural piorou, ou seja, enquanto em 2003 eram necessárias 2.962 sacas para o produtor adquirir um trator. Em 2005, este número cresceu para 4.946 sacas de soja, .

Gráfico 07 - Poder de troca – Sacas de soja necessárias para adquirir um litro de fungicida utilizado na cultura



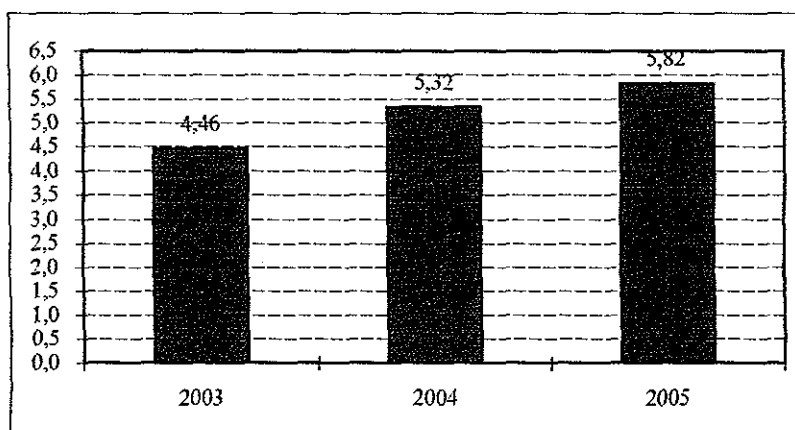
O crescimento da relação de troca no período entre 2003 e 2005 foi de 49,6%, o que significou que a situação do produtor rural piorou, ou seja, enquanto em 2003 eram necessárias 2,76 sacas para o produtor adquirir um litro de fungicida em 2005 para adquirir a mesma quantidade do insumo foram necessárias 4,13 sacas de soja. O comportamento deste agroquímico é semelhante aos demais utilizados na cultura da soja.

Gráfico 08 - Poder de troca – Sacas de trigo necessárias para adquirir uma tonelada de fertilizante formulado 05-25-25



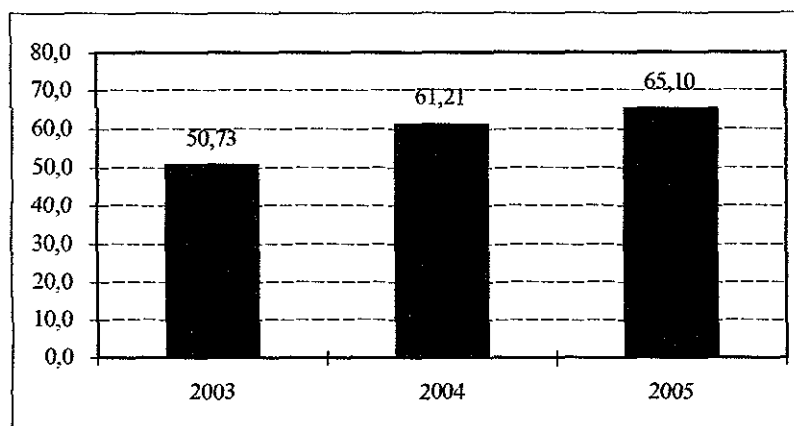
O crescimento da relação de troca no período entre 2003 e 2005 foi de 47,8%, o que significou que a situação do produtor rural piorou, ou seja, enquanto em 2003 eram necessárias 29,17 sacas de trigo para o produtor adquirir uma tonelada do produto, em 2005, para adquirir a mesma quantidade do insumo foram necessárias 43,11 sacas.

Gráfico 09 - Poder de troca – Sacas de trigo necessárias para adquirir um litro de fungicida utilizado na cultura.



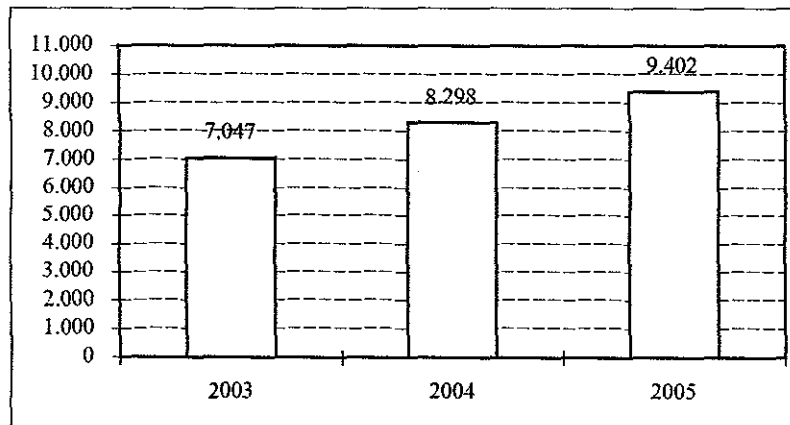
O crescimento da relação de troca no período entre 2003 e 2005 foi de 30,5%, o que significou que a situação do produtor rural piorou, ou seja, enquanto em 2003 eram necessárias 4,46 sacas para o produtor adquirir um litro de fungicida, em 2005 para adquirir a mesma quantidade do insumo foram necessárias 5,82 sacas de trigo. O comportamento deste agroquímico é semelhante aos demais utilizados na cultura do trigo.

Gráfico 10 - Poder de troca – Sacas de milho necessárias para adquirir uma tonelada de uréia.



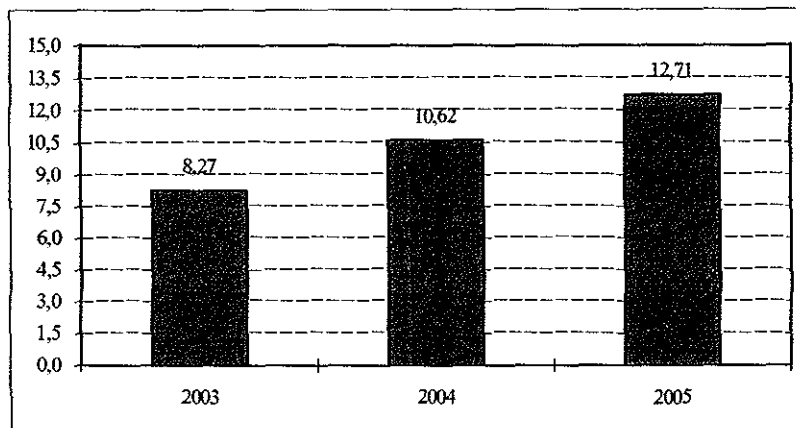
O crescimento da relação de troca no período entre 2003 e 2005 foi de 28,3%, o que significou que a situação do produtor rural piorou, ou seja, enquanto em 2003 eram necessárias 50,73 sacas de milho para o produtor adquirir uma tonelada de uréia, em 2005 para adquirir a mesma quantidade do insumo foram necessárias 65,10 sacas.

Gráfico 11 - Poder de troca – Sacas de milho necessárias para adquirir um trator de 100 cv.



O crescimento da relação de troca no período entre 2003 e 2005 foi de 33,4%, o que significou que a situação do produtor rural piorou, ou seja, enquanto em 2003 eram necessárias 7.047 sacas para o produtor adquirir um trator, em 2005 este número cresceu para 9.402 sacas de milho.

Gráfico 12 - Poder de troca – Sacas de milho necessárias para adquirir com litros de óleo diesel

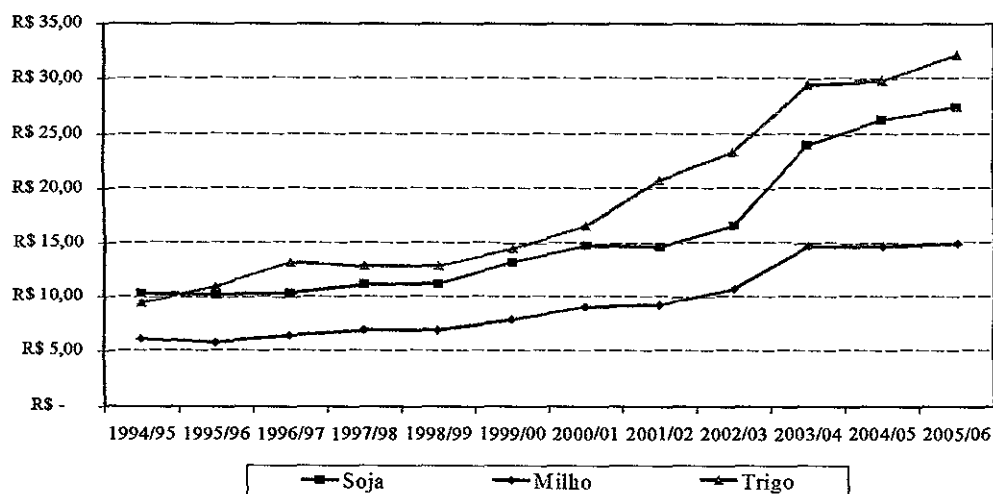


O crescimento da relação de troca no período entre 2003 e 2005 foi de 53,7%, em 2003 eram necessárias 8,27 sacas de milho para o produtor adquirir cem litros de óleo diesel, em 2005 este número cresceu para 12,71 sacas de milho. O comportamento do diesel no caso do milho é semelhante ao verificado nas outras culturas.

6 – CUSTOS DE PRODUÇÃO

Houve significativo crescimento nos custos de produção dos principais produtos agropecuários produzidos no Brasil desde 1994, conforme pode ser verificado no gráfico seguinte.

Gráfico 13 - Evolução dos custos operacionais de produção no Paraná – safras 1994/95 a 2005/06

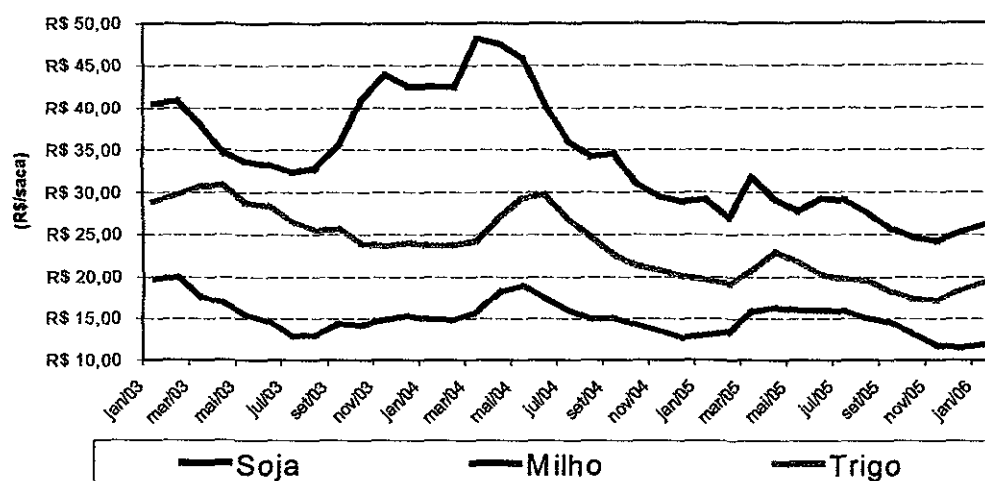


Os custos de produção da soja aumentaram 167% em 12 safras, os custos de produção do trigo cresceram 242% no mesmo período. Já os custos de produção de milho sofreram um aumento de 144% em 12 safras, considerando-se valores reais.

7 – PREÇOS

Ocorreu redução dos preços no mercado interno no período de janeiro de 2003 a fevereiro de 2006 da ordem de **35,4%** na soja, de **39,9%** no milho e de **33,3%** no trigo.

Gráfico 14 - Evolução dos preços recebidos pelos produtores no Paraná – período de janeiro de 2003 a janeiro de 2006.



Os preços dos principais grãos produzidos no Brasil apresentam comportamento de queda nos últimos três anos, conforme pode ser visto no gráfico acima. O preço da **soja** no período reduziu de R\$ 40,51 por saca em janeiro de 2003 para R\$ 26,16 por saca, em janeiro de 2006, representando uma **redução** de 35,4%. No caso do **milho** os preços caíram de R\$ 19,76 por saca para R\$ 11,87 por saca, ou seja, uma **queda** de 39,9%, enquanto os preços do **trigo** caíram de R\$ 28,93 por saca para R\$ 19,29 por saca, uma **queda** de 33,3%.

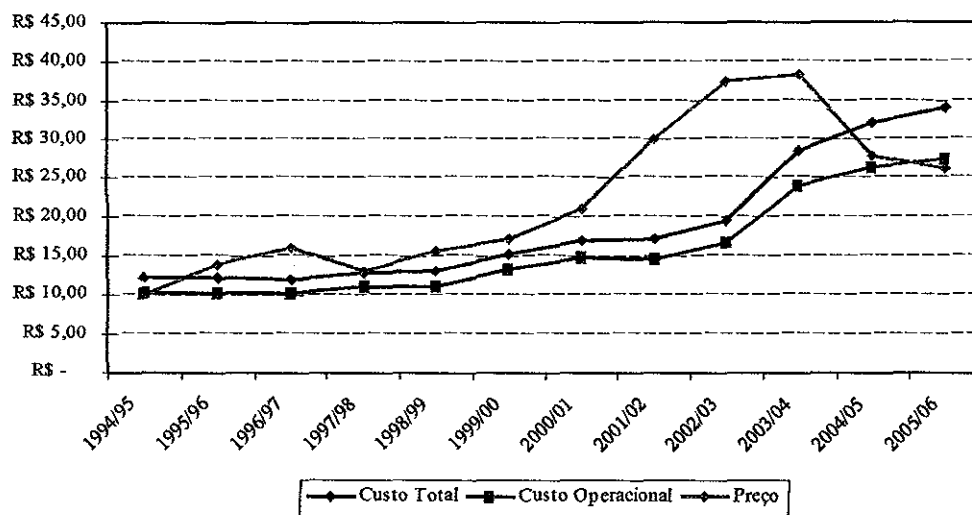
Para todos os principais produtos a queda de preços foi superior a 30%, excetuando-se o café, cana-de-açúcar e laranja, situação agravada devido a não ocorrência de queda nos custos de produção no período.

8 – RENTABILIDADE – PREÇOS X CUSTOS

A rentabilidade média real dos produtores baseada na diferença entre os custos operacionais e o preço de mercado, no período entre 1994/95 e 2004/05

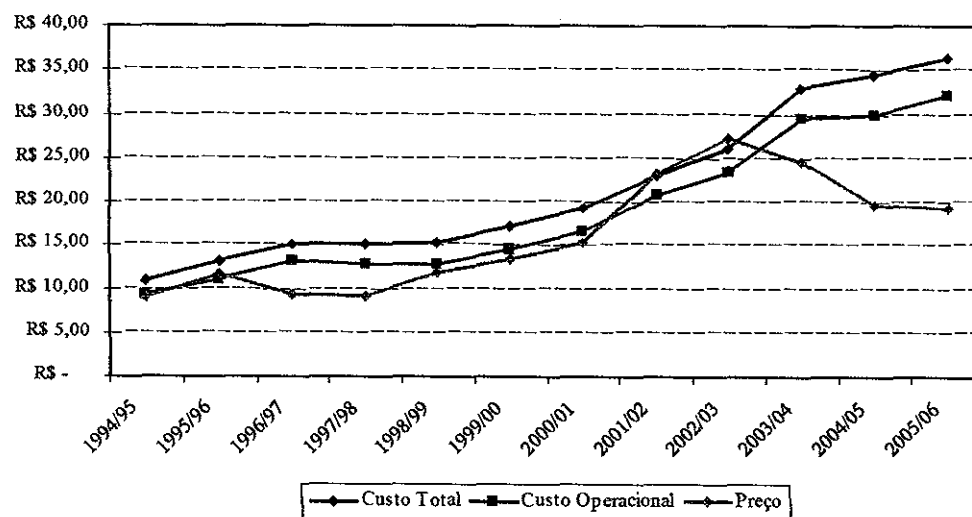
sofreu uma queda de 111% na soja, 324% no trigo e 224% no milho, quando comparado com a rentabilidade média da safra 2005/06.

Gráfico 15- Evolução dos custos de produção e rentabilidade da soja safra 94/95 a 05/06



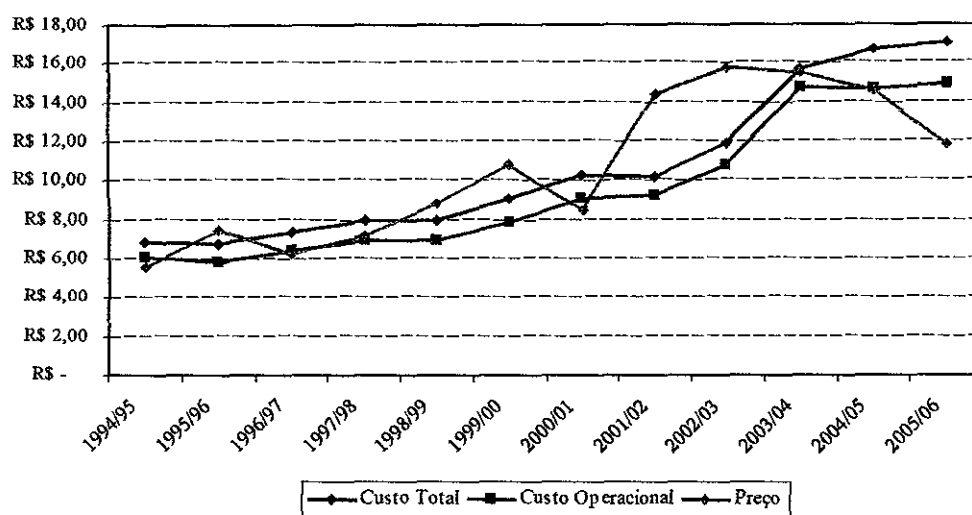
A rentabilidade média real do produtor de soja levando-se em conta os custos operacionais menos o preço de mercado do período entre 1994/95 e 2004/05 era de R\$11,82/saca, na atual safra a rentabilidade passou a ser negativa, de R\$1,34/saca, ou seja, uma queda de renda de 111%.

Gráfico 16 – Evolução dos custos de produção e rentabilidade do trigo da safra 94/95 a 05/06.



A rentabilidade média real do produtor de trigo levando-se em conta os custos operacionais menos o preço de mercado do período entre 1994/95 e 2004/05 era negativa de R\$3,04/saca, na atual safra a rentabilidade passou a ser menor ainda, chegando a R\$12,91/saca negativa, ou seja, uma queda de renda de 324%.

Gráfico 17 – Evolução dos custos de produção e rentabilidade do milho das safras 94/95 a 05/06



A rentabilidade média real do produtor de milho levando-se em conta, também, os custos operacionais menos o preço de mercado do período entre 1994/95 e 2004/05 era de R\$2,48/saca, na atual safra a rentabilidade é negativa, de R\$3,07/saca, ou seja, uma queda de renda de 224%.

9 – EXPORTAÇÕES

No ano de 2005 o agronegócio representou 36,9% do total exportado pelo Brasil, no entanto, em 2004 esta participação foi de 40,4%. Portanto houve uma significativa redução na participação do agronegócio nas exportações totais brasileiras.

Tabela 01 – Principais produtos do agronegócio exportados pelo Brasil no ano de 2005 comparados com o ano de 2004 e variação percentual.

BALANÇA	2004 (em bilhões de dólares)			2005 (em bilhões de dólares)			Variação EXP.
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	
COMÉRCIO GLOBAL	96,47	62,78	33,69	118,31	73,55	44,76	22,60%
Demais Produtos	57,45	57,9	-0,45	74,71	68,37	6,34	30,00%
AGRONEGÓCIO	39,02	4,88	34,13	43,6	5,18	38,42	11,70%
PARTICIPAÇÃO	40,40%	7,80%		36,90%	7,00%		-8,90%

Fonte: Mdic/Secex – Elaboração: Ocepar/Getec – Janeiro de 2006.

10 – DESEMPREGO

Com a queda do rendimento da agropecuária, demonstrada pela perda de participação nas exportações totais brasileiras, motivada pela queda na taxa de câmbio do real frente ao dólar, pelo aumento dos custos de produção, pela quebra da safra de grãos brasileira em 2004/05 e pela perspectiva de nova queda em 2005/06, o setor começa a reduzir o quadro de funcionários gerando desemprego e iniciando um novo ciclo de redução de renda para os trabalhadores.

São necessárias medidas urgentes para minimizar este problema no âmbito do governo federal. A principal delas diz respeito às políticas macroeconômicas, com redução das taxas de juros e conseqüente ajustamento da taxa cambial que refletirá imediatamente no preço recebido pelos agricultores e, portanto, na renda do setor rural.

Outros problemas que afetaram a renda da agropecuária foram os casos localizados de aftosa e do avanço da gripe aviária na Europa que provocaram reduções nas exportações de carnes e, por conseguinte, os preços internos, contribuindo para a queda de renda do setor.

Como não há indicativos, pelo menos no curto prazo, de recuperação dos preços agrícolas e de mudanças na política econômica é dada como certa a redução da renda do setor agropecuário brasileiro que trará sérios problemas à economia brasileira, com redução na geração de riquezas, de emprego e na desaceleração dos resultados da balança comercial brasileira.

II – PROPOSTAS PARA RECUPERAÇÃO DO SETOR RURAL

II.1 - PROPOSTAS DE CURTO PRAZO - MEDIDAS EMERGENCIAIS

As medidas emergenciais são entendidas como ações a serem realizadas de imediato buscando resolver problemas conjunturais decorrentes da gravidade da situação em que se encontra a agropecuária.

1) Programa de recomposição do endividamento.

Endividamento do setor rural:

SAFRA 2004/05

O que ocorreu em 2005:

Custeio - dívidas junto ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) – prorrogado por 01 ano pelos agentes financeiros e fora do SNCR - prorrogado para 02 anos – FAT Giro.

Dívidas - (Pesa/Securitização/Recoop) – Não houve qualquer prorrogação das parcelas vencidas em 2005.

Investimento - Prorrogada a parcela de 2005 para 01 ano após o vencimento da última parcela do contrato.

SAFRA 2005/06

Comprometimento para 2006:

Custeio - Pagamento do custeio da safra 2005/06, da parcela prorrogada do custeio 2004/05 e da 1ª parcela FAT Giro 2004/05.

Dívidas - (Pesa/Securitização/Recoop) – Pagamento da parcelas vencida em 2005 e da parcela vincenda em 2006.

Investimento - Pagamento da parcela vincenda em 2006.

O comportamento para pagamento de dívidas em 2006 levaria o setor a inadimplência geral, uma vez que mesmo se a colheita fosse normal com o nível de preços praticados no mercado, o pagamento das dívidas é impossível.

Como equacionar o endividamento para que seja readquirida a capacidade de pagamento:

Custeio:

⇒ Dívidas junto ao SNCR: compor um novo saldo devedor referente ao custeio 2005/06 e o custeio prorrogado da safra 2004/05 e alongar por 10 anos, com o pagamento da 1ª parcela a partir da safra 2006/07.

⇒ Dívidas fora do SNCR: compor um novo saldo devedor referente às parcelas do FAT-Giro vincendas em 2006 e 2007 e alongar por 10 anos, com o pagamento da 1ª parcela a partir da safra 2006/07.

Endividamento:

⇒ Prorrogar as parcelas vencidas em 2005 e as vincendas em 2006 das operações de Securitização, Recoop e Pesa para pagamento a cada ano subsequente a última parcela do contrato.

Investimento:

⇒ Prorrogar a parcelas vincendas em 2006 dos Programas de Investimento para pagamento no ano subsequente a última parcela do contrato.

Cronograma de pagamentos:

LINHAS DE CRÉDITO	ANO SAFRA 2004/05	ANO SAFRA 2005/06	Ano safra 2006/07 ao ano safra 2015/16
SNCR – novo saldo – (soma dos saldos das safras 04/05 e 05/06	-	-	Pagamento de 10% por ano safra.
Custeio - FAT-GIRO		-	Pagamento de 10% por ano safra.
Endividamento	Prorrogar para 1 ano após a última parcela do contrato	Prorrogar para 2 anos após a última parcela do contrato	Parcela normal
Investimento	Prorrogado para 1 ano após a última parcela do contrato	Prorrogar para 2 anos após a última parcela do contrato	Parcela normal

2) Apoio para a safra de verão 2005/06

Comercialização:

Alocação de R\$ 2,1 bilhões para comercialização da safra 2005/06 para serem disponibilizados imediatamente para atender à demanda dos produtores rurais e suas cooperativas em cumprimento à política de garantia de Preços Mínimos.

Seguro rural e PROAGRO:

Agilização do pagamento do PROAGRO e do seguro rural para os produtores que tiveram perdas na safra atual e dos processos pendentes de safras anteriores, inclusive do PROAGRO-MAIS.

3) Plano safra das culturas de inverno

Divulgar o plano safra para as culturas de inverno com o objetivo de permitir aos produtores a definição do plantio com conhecimento prévio dos mecanismos oficiais que irão nortear a safra.

Recursos:

- Alocar R\$ 1,00 bilhão para a safra de inverno com juros de crédito rural.
- Antecipar a liberação dos recursos para permitir aos produtores rurais efetuarem seus plantios usando a tecnologia recomendada.

Preço mínimo:

- Garantir um preço mínimo equivalente ao custo operacional de produção.

Seguro rural:

- Simplificação da contratação do Seguro Rural.

Frente parlamentar da triticultura nacional:

- Implementar as ações da Frente Parlamentar da Triticultura Nacional.

Importações de trigo:

- Estabelecimento de cotas de importação do trigo e seus derivados no âmbito do MERCOSUL, adotando-se a mesma política praticada pela Argentina para coibir a entrada de produtos brasileiros em seu mercado.

Cabotagem:

- Permitir a utilização de embarcações com bandeira estrangeira para a navegação de cabotagem para transporte de produtos agrícolas ao longo da costa brasileira.

Cadeia produtiva:

- Realizar ações conjuntas entre o Governo Federal, o setor produtivo e a indústria moageira objetivando a formalização de um acordo entre as partes para garantir a comercialização do trigo nacional e o pagamento de no mínimo o preço de garantia aos produtores brasileiros.

4) Sanidade agropecuária

- Reforçar os programas de sanidade agropecuária com o objetivo de prevenção contra os riscos de entrada de doenças que possam trazer prejuízos ao setor.
- Alocar no Orçamento da União de 2006 o montante de R\$ 250 milhões para atender às demandas da sanidade agropecuária.

5) Política para a indústria da soja

- Permitir-se que as transferências internas de soja em grão de estado produtor para estado industrializador sejam livres de ICMS condicionada a comprovação posterior da exportação de quantidades equivalentes de farelo e óleo de soja.
- Reduzir para 7% a incidência de ICMS nas operações interestaduais de soja em grão e nas operações internas e interestaduais com óleo de soja.

II. 2 - Propostas de médio e longo prazo - Medidas estruturais

No médio e longo-prazo, devem ser aperfeiçoados os instrumentos governamentais de apoio à produção e à comercialização, principalmente a garantia de preços e liquidez na comercialização para os produtos agropecuários, de tal forma que se viabilize a geração de renda dando sustentabilidade a atividade, pois a agropecuária é uma atividade de elevado risco e exige políticas públicas que reduzam este risco.

1) Programa de captação de recursos externos

Objetivo:

- Este programa tem como objetivo captar recursos no mercado internacional com taxas de juros praticadas em outros países.

Montante de Recursos proposto:

- U\$ 15 bilhões por um prazo de resgate de 5 anos.

Lastro:

- Títulos do Governo Federal

Finalidade:

- Financiamento para estocagem e transformação de produtos agropecuários de abastecimento do mercado interno.
- Financiamento da produção a ser destinada à exportação.
- Financiamento para industrialização voltada à exportação (via Draw Back Verde amarelo).

Estratégias:

- Banco Gestor do Programa: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
- Bancos Repassadores: Bancos credenciados junto ao BNDES.
- Beneficiários: Produtores rurais, Cooperativas agropecuárias, agroindústrias e exportadores.
- Hedge Cambial: A garantia do risco cambial a cargo do governo.

Condições:

Conceito	Incrementar a estocagem e industrialização da produção agropecuária através de seu financiamento.
Público Alvo	Produtores rurais, Cooperativas agrícolas, agroindústrias e exportadores de produtos agropecuários.
Itens Financiáveis	Produtos agropecuários in natura e agro-industrializados.
Recursos	Captados no Exterior pelo Tesouro Nacional através de lançamento de títulos públicos.
Prazos	Financiamento: até 3 anos, a contar da data de assinatura do contrato de financiamento. Carência: até 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato de financiamento.
Encargos Financeiros	Taxa de juros fixa de 8,75% ao ano.
Risco de variação cambial	Equalização pelo Tesouro Nacional.
Forma de pagamento	Parcelas anuais e consecutivas de principal e encargos financeiros e /ou fechamento do câmbio no caso de exportações.
Liberação dos Recursos	Em moeda nacional, parcela única, após assinatura do contrato de financiamento.
Garantias	Definidas no Limite de Crédito.

2) Programa de garantia de renda e emprego agrícola**Objetivo:**

- Garantir a renda e o emprego na agropecuária.

Finalidades:

- Equalização de preços para produtos de abastecimento de mercado interno com base em preço fixado a partir da paridade do produto importado.

Mecanismos:

- Fortalecimento do seguro rural com garantia de cobertura:
 - De perdas generalizadas em caso de calamidades ambientais.
 - Quando por adesão de produtores indenizar as perdas de produção não cobertas pelo PROAGRO para produtores aderentes a este programa.
 - Fortalecimento e extensão do PROAGRO para execução pelas cooperativas agrícolas e empresas rurais credenciadas.

- Autorização para cooperativas agropecuárias ou produtores rurais constituírem sociedades cooperativas de seguro mútuo ao amparo dos normativos da SUSEP ou, fundos mútuos de garantia do crédito da atividade agropecuária com o fim de complementar, subsidiariamente, a contratação do seguro rural oficial.
- Fomento para a contratação do seguro rural pelos produtores rurais através de incentivo de bônus crescentes sobre o prêmio para os contratantes que não tenham registrado sinistros em safras anteriores.
- Equalização de preços para produtos de abastecimento de mercado interno com base na paridade dos preços internacionais.

Beneficiários:

- Produtores rurais e cooperativas.

Produtos inicialmente amparados:

- Milho, trigo, feijão, arroz.

Operacionalização:

- Equalização de preços via Conab e Cooperativas.
- Seguro rural: Ministério da Agricultura, Instituto de Resseguros do Brasil – IRB, Resseguradoras, Agentes financeiros e Cooperativas.

Forma de viabilização do Programa:

- ▪ Criação de um fundo de sustentação da renda agrícola com recursos orçamentários e com parcela dos recursos oriundos do imposto de importação de produtos e insumos agrícolas arrecadados pelo governo e destinados a dar suporte as demandas do Programa.

3) Programa de renegociação das dívidas rurais - Projeto de Lei 5.507/05

Aprovação do Projeto de Lei 5.507/05 que já obteve parecer favorável nas comissões de agricultura e na de finanças e tributação. Este Projeto de Lei contempla dívidas da securitização, Pesa, dívidas alongadas do Funcafé, Prodecir II, Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e Centro-Oeste, Proger Rural e renegociações da agricultura familiar, além de abrir espaço para promover uma reavaliação das garantias vinculadas aos contratos alongados e prever, caso a caso, as novas condições de pagamento, taxa de juros e prazos.

É importante incluir também no Projeto de Lei os financiamentos com recursos oriundos do BNDES, FAT Giro Rural e o endividamento de custeio, investimento e comercialização da safra 2005/06.

4) Importação de agrotóxicos

A pesquisa, experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins são previstos e exigidos pela Lei nº 7.802/89 e regulamentados pelo Decreto nº 4.074/02. Essa legislação exige que o registro seja administrado pelos Ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente, o que torna o processo de registro lento, complexo e oneroso.

A importação de agrotóxicos é proibida em vista de que o produto para ser comercializado no país necessita de registro nos órgãos competentes. Para registrar um produto no Brasil são exigidas várias pesquisas e documentações que demoram cerca de cinco anos para serem concluídas.

Ocorre que os responsáveis pela solicitação do registro são os próprios fabricantes, porém, não há interesse da parte destes em pedir o registro em vista de que os produtos irão concorrer com seus produtos nacionais.

Cerca de 30% dos agrotóxicos comercializados, no oeste do Paraná, por exemplo, tem origem em outros países (contrabando). Como exemplo de diferencial de custo pode-se citar o caso do Classic (herbicida usado na soja) cujo preço no Brasil é de R\$ 750,00/unidade e o importado chega na propriedade custando R\$ 150,00/unidade. Outro produto, Ally (herbicida para o trigo), é comercializado legalmente, no Brasil, por R\$ 30,00/10gramas, enquanto o clandestino é comercializado a R\$ 6,00/10gramas.

Propostas:

-) ▪ Permitir a utilização, no Brasil, de produto agrotóxico importado, mediante comprovação de seu registro no país de origem para a mesma cultura e destinação de uso (inseticida, fungicida ou herbicida).
-) ▪ Autorizar, automaticamente, a importação de produtos agrotóxicos com formulado equivalente ou produtos similares (genéricos) já registrados no Brasil.
-) ▪ Permitir a livre circulação de agrotóxicos agrícolas, substâncias ativas e suas correspondentes formulações, entre todos os países partes do Mercosul, conforme disposto no acordo comercial que constitui o Mercosul.

5) Programa de Infra-Estrutura

Finalidade:

- Viabilizar a implementação de projetos de interesse da agricultura e do cooperativismo brasileiro no setor de infra-estrutura, principalmente setores de logística de escoamento das safras.

Projetos Potenciais:

- Novos corredores de exportação (Centro – Oeste) – Hidrovias e Rodovias.
- Investimentos nos terminais de exportação visando à segregação de produtos.
- Melhoria dos sistemas de informação e comunicação.
- Investimento em armazenagem de retaguarda portuária, armazenagem reguladora e estratégica.
- Investimento em portos secos alfandegados localizados estrategicamente nos corredores de exportação.
- Investimento em transporte de cabotagem.

Proposta:

- ▪ Criar um programa emergencial ao amparo do Programa de Parceria Público Privada nos setores ligados ao agronegócio e ao cooperativismo, mediante licitação ajustada à demanda do setor.

6) Programa de capitalização das cooperativas

- Instituir o programa de capitalização das cooperativas brasileiras **PROCAP** – com recursos da ordem de R\$ 3,2 bilhões para investimento na capitalização das cooperativas agropecuárias, conforme proposta elaborada pelo Grupo Técnico Interministerial e nos moldes do **PROCAPCRED** recentemente aprovado para as cooperativas de crédito.

01. Agradecer a oportunidade de participar desta AGO.
02. Testemunhar que tivemos acompanhado a COOPER-
MOSICAD desde o projeto inicial - Em sintonia
com os cooperativos da região. -> Total regulari-
dade -> Participação ativa no MUCCO
03. Apenas algumas informações

3.1 - Algumas questões combivendas que nos
levar - CLIMA - 10 milhões t

- Preço

- Dólar - 39%. (2003/2006)

3.2 - CONJUNTORSE - 13/02

3.2 - Brasília - OCB/CNA - Trabalho na
Câmara

3.3 - Audiência c/ Presidente - O MP do Br

3.4 - Audiência pública - Dia 15

3.5 - segunda-feira - Realização.

4. SANITÁRIA

- Inauguração

- Aftosa

- gripe aviária

5. Entrevista.